

Transição energética em Moçambique deve garantir o equilíbrio entre o acesso à energia para todos e a sustentabilidade ambiental

- O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) organizou, no dia 28 de Abril, na Cidade de Maputo, a conferência nacional subordinada ao tema “Desafios e Oportunidades para Promover uma Transição Energética Inclusiva em Moçambique”, que serviu para a apresentação do relatório da pesquisa realizada na cidade de Pemba, bem como criar um fórum de diálogo entre os intervenientes relevantes no processo de transição energética.



A conferência enquadra-se na iniciativa do CDD, apoiada pelo Alto Comissariado Britânico em Moçambique, que visa promover uma transição energética mais inclusiva, liderando um processo de consulta aos cidadãos que encoraje um maior envolvimento e participação da sociedade civil.

Antes da conferência nacional, dois eventos foram realizados no âmbito do mesmo projecto:

o *workshop* de apresentação dos resultados da “Consulta aos Cidadãos e Diálogo para Promover uma Transição Energética Inclusiva em Pemba”, realizada no dia 30 de Março, em parceria com o Conselho Municipal de Pemba; e o *webinar* de “Lançamento da Consulta aos Cidadãos e Diálogo para Promover uma Transição Energética Inclusiva em Pemba”, realizado no passado dia 9 de Fevereiro.

Alta Comissária Britânica em Moçambique, **NneNne Iwuji-Eme**



Na conferência de 28 de Abril, coube à Alta-Comissária do Reino Unido em Moçambique proceder com as notas de abertura. NneNne Iwuji-Eme iniciou a sua intervenção afirmando que o Alto-Comissariado Britânico, através da parceria entre as cidade de Aberdeen (Reino Unido) e de Pemba (Moçambique), está a trabalhar com as autoridades municipais de Pemba no desenvolvimento dos seus objectivos de longo prazo de promover o crescimento económico, prosperidade e sistemas económicos inclusivos e

sustentáveis através de planos de urbanização, infra-estruturas e transição energética.

Trata-se de um plano ainda em desenvolvimento e que conta com contribuições dos municípios de Pemba, e espera-se que o mesmo venha melhorar o ambiente para investimentos em sectores de infra-estruturas locais com impacto a nível regional, contribuindo para o estímulo de outros sectores. O plano visa igualmente contribuir para acções de adaptação, mitigação e resiliência às mudanças climáticas, bem como

permitir que Pemba adira à parceria mundial das cidades energéticas, uma iniciativa que conecta cidades energéticas para promover a produção de energias sustentáveis em benefício das comunidades.

Com base no compromisso assumido por Moçambique na cimeira de COP26 em Novembro de 2021, designadamente de reverter o cenário de degradação da terra, do desflorestamento e atingir cerca de 72% de energia baseada em energias renováveis, o Governo do Reino Unido está comprometido em trabalhar com as autoridades moçambicanas em um plano de longo

prazo para aproveitar as futuras receitas do gás natural da Bacia do Rovuma para construir resiliência, capacidade adaptativa às mudanças climáticas, melhoria do acesso à energia, bem como a transição para energias mais limpas.

“O Governo de Reino Unido, representado pelo Alto-Comissariado Britânico em Moçambique, está também comprometido na procura de soluções para garantir que países como Moçambique, que são mais vulneráveis a mudanças climáticas, possam ter acesso ao financiamento e aos recursos de que precisam para construir resiliência para o futuro.”

Secretário Permanente do Ministério de Recursos Minerais e Energia (MIREME), **Teodoro Vales**



O Secretário Permanente do Ministério de Recursos Minerais e Energia (MIREME), Teodoro Vales, defendeu, na sua intervenção, que nas condições em que Moçambique se encontra, a necessidade de garantir o acesso à energia para todos é essencial. É neste contexto que o Go-

verno lançou em 2018 um programa nacional chamado “Energia para Todos”, que preconiza o acesso universal até ao ano de 2030.

A esse programa desafiador, adiciona-se o desafio da transição energética, uma agenda global mas que tem um peso político e económico

nacional. “Num país com cerca de 60% da população sem acesso à energia eléctrica é, de alguma maneira, paradoxal pedir a quem nunca teve acesso à energia eléctrica em casa para se pronunciar sobre algo inerente à transição energética. Contudo, isso não deve constituir um factor de exclusão na abordagem das matérias relacionadas com o processo de transição energética”.

O MIREME considera que a transição energética deve ser feita tendo em conta as condições existentes no país. “Por exemplo, fala-se da necessidade de abandono ou renúncia do carvão, mas neste momento o carvão é o principal con-

tribuinte para a balança de pagamentos de Moçambique. Portanto, é um recurso importante para a economia do país, por isso não pode ser renunciado de um dia pra o outro. É necessário que a transição energética seja um processo gradual que não provoque uma ruptura no sistema económico”.

O Governo estabeleceu como meta para 2024 o aumento da capacidade de geração de energias limpas e renováveis de aproximadamente 600 megawatts, sendo 400 megawatts provenientes do gás e 200 megawatts de fontes hídrica, solar e eólica.

Presidente da Câmara de Energia de Moçambique, **Florival Mucave**



A Câmara de Energia de Moçambique considera que o actual debate sobre a transição energética não é suficientemente inclusivo. E, porque não é suficientemente inclusivo, ainda não há uma narrativa moçambicana sobre essa temática. “É imperativo termos uma narrativa moçambicana nesta questão da transição energética, porque se basearmos a nossa narrativa no debate global, ficamos a perder, porque temos, por exemplo, o carvão que é muito importante não

só para a balança de pagamentos, mas também para as divisas do país”.

Florival Mucave referiu que existem alguns pontos importantes que fazem parte do debate global sobre transição energética. O primeiro é o *Net Zero*, que é essencialmente reduzir as emissões do carbono até o ano 2050. A redução até zero das emissões do carbono até 2050 tem grandes implicações para um país como Moçambique. E não se trata só do carvão, mas tam-

bém das reservas de gás da bacia do Rovuma.

“Moçambique ainda não extraiu o primeiro gás da bacia do Rovuma e estamos em 2022. Então, se até 2050 temos que reduzir até zero as emissões de carbono e temos que fazer a transição dos combustíveis fósseis às energias renováveis, sem primeiro garantirmos que o gás seja energia de transição, podemos esquecer a exploração do nosso gás. Quando falamos da transição energética, temos que realçar que se trata da transição do uso dos combustíveis fósseis para energias renováveis e o gás não é uma energia renovável. Então, a questão que se coloca é: Qual é a posição do

gás? Será que o gás já conquistou essa posição de energia de transição no debate mundial? E qual é a nossa narrativa em relação à essa questão? Essas são as questões que temos de levar para a cimeira do clima deste ano, porque são questões centrais para o desenvolvimento e eliminação da pobreza em Moçambique”.

O segundo ponto, e não menos importante, são os fundos para financiar a transição energética. É necessário que esteja claro de onde virão os fundos para financiar a transição energética, tendo em conta que Moçambique não está em posição de endividar-se ainda mais.

Director de Fiscalização e Segurança do Instituto Nacional de Petróleo (INP)



O Director de Fiscalização e Segurança do Instituto Nacional de Petróleo (INP) avançou que existem cinco questões centrais à volta da temática sobre a transição energética: (1) Como garantir que o gás natural seja considerado limpo e posicionar Moçambique como centro de energia limpa? (2) Qual é o impacto da transição energética no plano director do gás e energia? (3) Quais são as implicações do carvão em Moçambique? (4) Que outras soluções de energia

Moçambique deverá avaliar? Faz ou não sentido o desenvolvimento de tecnologias usando o hidrogénio limpo? (5) Como acelerar as energias renováveis?

No âmbito destas questões, o INP considera pertinente: (1) Preparar uma estratégia energética e avaliar cenários de como podem se posicionar os recursos de Moçambique para alcançar o *Net zero*; (2) Conduzir um plano de *marketing* e comunicação que irá posicionar Moçambique

como um *player* global e regional para transição energética; (3) Avaliar e estabelecer políticas para transição energética - por exemplo - o *procurement* que pontua operadores que apresentam soluções limpas; e introduzir tecnologias que descarbonizam processos industriais.

O Director de Fiscalização e Segurança do INP referiu-se igualmente ao Decreto 39/2021, de 4 de Agosto, que estabelece como objectivo es-

pecífico a adaptação e mitigação às mudanças climáticas. Neste documento, são referidas as acções estratégicas sobre como serão acauteladas as questões inerentes à transição energética. Por exemplo, a implementação de medidas que visam mitigar alterações climáticas através do uso de energias mais limpas e promoção de projectos que visam a utilização do hidrogénio como fonte de energia a partir do gás natural.

Presidente do Pelouro dos Recursos Naturais e Energia da Confederação das Associações Económicas (CTA), **Simone Santi**

O Presidente do Pelouro dos Recursos Naturais e Energia da Confederação das Associações Económicas (CTA), Simone Santi, defendeu que a transição energética tem que ser *Made in Mozambique*, e não algo copiado de modelos de países desenvolvidos. Reforçou a ideia de que os recursos naturais fósseis de Moçambique não podem ser deixados para trás. “Há uma necessidade de se ter um processo gradual que não prejudique os países que ainda não tiveram a oportunidade

de explorar os seus recursos e assim catapultar o desenvolvimento das suas nações”.

A CTA considera que ainda não há mecanismos a nível mundial de compensação para aqueles países que eventualmente não poderão tirar benefícios dos seus recursos em prol do alcance de metas climáticas. Neste contexto, destaca que é crucial que Moçambique defenda que o debate sobre a transição energética tem que considerar o gás como energia de transição.



Nilza Abdula, representante da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)

“Na nossa visão, a transição energética não é apenas o momento em que paramos de usar um certo tipo de combustíveis e passamos a usar outro, é um processo que terá a ver com muita adaptação para o nosso país, face aos desafios e necessidades existentes. Vamos precisar de políticas e estratégias adequadas à nossa realidade para assim conseguirmos o fazer. O horizonte no qual pretendemos alcançar o acesso univer-

sal à energia é bastante importante e talvez seja muito mais importante do que falar se vamos deixar o carvão ou o gás. Primeiro temos que ter o que deixar, temos que ter todos o acesso à energia, e depois vamos pensar como vamos substituir, mudar, melhorar, aperfeiçoar e estar de acordo com as novas tecnologias”, disse Nilza Abdula, representante da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH).



Pesquisador do CDD, **Américo Maluana**

Terminada a primeira parte da conferência em que os diferentes actores partilharam as suas visões sobre a transição energética, seguiu-se a apresentação dos resultados da “Consulta aos Cidadãos e Diálogo para Promover uma Transição Energética Inclusiva em Pemba”. O pesquisador do CDD, Américo Maluana, iniciou a apresenta-

ção dizendo que o projecto que iniciou em Cabo Delgado prevê ser mais abrangente. Mas, como porta de entrada, começou-se em Cabo Delgado justamente por ser actualmente o centro de um dos maiores investimentos da indústria extractiva em África.

Falando da matriz energética de Moçambique,



Américo Maluana disse que em 2010 as fontes de energia da Electricidade de Moçambique (EDM) eram maioritariamente hídricas, mas a partir de 2015 o gás natural começou a ganhar destaque e a crescer mais rapidamente do que a hídrica. “Embora o gás natural tenha melhorado o acesso à energia no país e seja uma fonte de energia mais limpa do que outros combustíveis fósseis, o crescimento mais lento da oferta hídrica, solar e biomassa implicou uma redução da participação das energias renováveis na matriz energética de Moçambique, o que pode comprometer a transição energética de longo prazo”, destacou Américo Maluana.

Os principais resultados da pesquisa realizada em Pemba podem ser divididos em quatro eixos fundamentais:

1. Há uma série de factores macroeconómicos que devem ser tidos em conta para que se molde uma estratégia nacional coerente de transição energética que tenha em conta as desigualdades geográficas entre o norte e o sul de Moçambique. Neste processo, é necessário usar as receitas do gás para expandir o acesso à energia e utilizar o gás do Rovuma para produzir energia. Isso

implica negociar com as empresas estrangeiras para deixar parte do gás para o mercado interno.

2. A compreensão da lógica por detrás da transição energética é limitada entre as organizações de sociedade civil em Pemba (e Cabo Delgado) e extremamente limitada entre a população. O acesso à energia é, compreensivelmente, a maior prioridade para a população (sobretudo porque o acesso à energia é estimado em 22% em Cabo Delgado) e não a transição energética.
3. Há uma necessidade de capacitar o município de Pemba para que este possa desempenhar um papel positivo e influencie o processo de tomada de decisão nos outros níveis. Isso deve envolver a adopção de planos de desenvolvimento socioeconómicos existentes e futuros que adicionem abordagens que sejam sensíveis a questões de transição energética.
4. Há necessidade de haver uma abordagem sensível ao conflito, porque Cabo Delgado

vive um contexto humanitário específico, o que não faz muito sentido entrar com uma abordagem muito contundente sobre questões de transição energética. Uma vez que a população de Pemba ainda carece de necessidades básicas mais prementes típicas do conflito em que se encontra inserido, propõe-se a adopção de medidas que incluam, por exemplo, o uso de abastecimento de água movido a energia solar

e iluminação para novos assentamentos dentro da cidade.

No final da sua apresentação, Américo Maluana realçou algumas recomendações do estudo, que envolvem essencialmente a melhoria da compreensão e conhecimento sobre a transição energética entre os actores principais, ao mesmo tempo que se facilita o desenvolvimento de um plano conjunto de diversificação energética para Pemba.

Administrador para área de desenvolvimento de negócios da Electricidade de Moçambique (EDM), **Pedro Nguelume**

Durante o debate, o Administrador para Área de Desenvolvimento de Negócios da EDM, Pedro Nguelume, fez saber que com a nova Lei de Electricidade, o sector de energia está liberalizado e há registos de produtores independentes, com destaque para produtores de energias renováveis. “Mas como país, é importante termos a clareza de que as energias renováveis têm os seus desafios. O desafio efectivo é que com as energias renováveis, não é possível iluminar 24 horas por dia, é necessária uma energia de base”.

Referiu ainda que no contexto do debate sobre a transição energética é necessário que se tenha clareza sobre a prioridade nacional. “Quando olho para o norte de Moçambique, não falo de transição energética, a minha preocupação é o acesso à energia nesse ponto. Olhando para a prioridade nacional, o primeiro pensamento é sobre como é que nós vamos dar acesso à energia aos moçambicanos, incluindo aqueles que estão nos pontos mais recônditos deste país”.



Deputado da Renamo na Comissão da Agricultura, Economia e Ambiente (5ª Comissão) da Assembleia da República, **Alfredo Magumisse**

O Deputado da Renamo na Comissão da Agricultura, Economia e Ambiente (5ª Comissão) da Assembleia da República, Alfredo Magumisse, destacou a necessidade de se ter cautela em relação ao discurso de transição energética, argumentando que todos os países desenvolvidos que lideram esse debate têm níveis de acesso à energia altíssimos, e os mesmos

passaram por esses combustíveis fósseis, como o carvão e petróleo. “Considero que, enquanto for necessário desenvolver Moçambique, temos que ter coragem de defender a nossa posição e usarmos os nossos recursos para o bem-estar dos moçambicanos. Paulatinamente vamos adicionando as energias renováveis”, concluiu.



“ Considero que, enquanto for necessário desenvolver Moçambique, temos que ter coragem de defender a nossa posição e usarmos os nossos recursos para o bem-estar dos moçambicanos. Paulatinamente vamos adicionando as energias renováveis ”

Marta Licuco, Defensora de Direitos Humanos de Cabo Delgado

Na mesma ocasião, Marta Licuco, Defensora de Direitos Humanos de Cabo Delgado, defendeu que há necessidade de capacitar e empoderar a mulher no sector da energia, de tal maneira que as mulheres façam parte da transição energética a todos níveis, rumo a uma transição energética justa, inclusiva e igualitária de género.

Em jeito de considerações finais, o Director

Executivo do CDD, Prof. Adriano Nuvunga, mobilizou a todos actores para que estejam engajados no processo de promoção de uma transição energética que seja justa e inclusiva, porque só assim é que o progresso será sustentável. E aproveitou o momento para recordar a todos que esta iniciativa vai culminar no estabelecimento de uma Assembleia dos Cidadãos para Transição Energética em Pemba.



“

Há necessidade de capacitar e empoderar a mulher no sector da energia, de tal maneira que as mulheres façam parte da transição energética a todos níveis, rumo a uma transição energética justa, inclusiva e igualitária de género

”



Conferência sobre os Desafios e Oportunidades para Promover uma Transição Energética Inclusiva em Moçambique



NneNne Iwuji British
Alta Comissária do Reino Unido



Prof. Doutor Teodoro Vales
Secretário Permanente do Ministério dos Recursos Minerais e Energia



Florival Mucave
PCA da Câmara de Energia de Moçambique



Américo Maluana
Pesquisador do CDD



Prof. Adriano Nuvunga
Director do CDD



Empresa Nacional de Hidrocarbonetos



Instituto Nacional de Petróleo

<https://us06web.zoom.us/j/86466034716>
Webinar ID: 864 6603 4716

 CDD MOZ
 @CDD_Moz
 @cdd_moz

Maputo, 28 de Abril de 2022 (09:00 – 12:00)
Mais informações: +258 84 16 10 633/ americomaluana@cddmoz.org

Transmissão em directo no facebook: CDD_Moz | CDD Youth | CDD YOUTH Online TV

Doador:



 **Montebelo Indy
Maputo Congress
Hotel**



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Nelsa Langa
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telephone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

